

Animais extra-europeus nas descrições de Lisboa e Portugal por estrangeiros

Catarina Simões¹

Resumo

A partir de meados do século XV, produtos, objectos e animais extra-europeus tornaram-se parte integrante do fausto cortesão em Portugal. Estes elementos exóticos tornaram-se numa presença constante no quotidiano áulico no Renascimento, desempenhando um papel importante em entradas régias e outras cerimónias públicas. Neste texto, propomo-nos a avaliar o peso dos animais extra-europeus nas descrições de Lisboa e Portugal produzidas no Renascimento por estrangeiros de passagem pelo país. Inicialmente, far-se-á uma apresentação sumária das fontes utilizadas. De seguida, será apresentada uma síntese sobre a presença de fauna exótica nestas descrições.

Palavras-chave

Animais extra-europeus, *Exótico*, Lisboa, Corte, Cerimónias públicas.

¹ CHAM – Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. O trabalho aqui apresentado foi realizado com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia - SFRH/BD/84622/2012.

Abstract

From the mid-15th century onwards, non-European products, objects and animals became an essential component of the courtly splendor in Portugal. These exotic elements became a permanent presence in everyday life in the Renaissance and they played a significant role in royal parades and other public celebrations. This paper aims at analyzing the references to non-European animals in descriptions of Lisbon and Portugal written by other Europeans passing through the country. We will start by briefly presenting the sources which were used. Then, we will address the references to exotic fauna in these descriptions.

Keywords

Non-European animals, *Exotic*, Lisbon, Court, Public ceremonies.

Introdução

Nos séculos XV e XVI, a exploração da costa africana pelos portugueses, e a descoberta de rotas marítimas directas entre a Europa, a Ásia e as Américas, possibilitaram aos europeus o contacto com culturas e realidades naturais novas e diferentes. Como consequência, foi-lhes aberto um mercado global, o que proporcionou um consumo sem precedentes de produtos (como especiarias e plantas medicinais), artigos de luxo (tais como têxteis e mobiliário), e animais exóticos, que passaram, então, a ser encarados pelas elites, e sobretudo pelas Casas Reais, como emblemas de distinção. Nos meios cortesãos, produtos e artigos extra-europeus, adquiriram uma função política evidente, na medida em que tinham o objectivo claro de manifestar o poder e prestígio dos seus detentores, e simultaneamente, de maravilhar quem os observasse. Em Portugal, por exemplo, estes animais e produtos tornaram-se num elemento constante do quotidiano áulico, e representavam um papel importante nas entradas régias, em festas e banquetes cerimoniais, e por outro lado, eram muitas vezes oferecidos como presentes diplomáticos que funcionavam como testemunhos de poder. Sobretudo com o reinado de D. Manuel, o *exótico* adquire um carácter eminentemente identitário na corte portuguesa, encontrando-se presente não só nos rituais e celebrações, mas também na arquitectura, na cultura material, e na alimentação.

No que diz respeito aos animais extra-europeus, estes assumem um papel relevante nas descrições de Lisboa e Portugal produzidas por estrangeiros no século XV e início do século XVI. Por oposição, as descrições mais tardias não lhes reservam um destaque significativo, privilegiando outros aspectos, como o vestuário usado pelas elites ou o comércio de Lisboa, pelo que optámos no presente estudo por nos cingir às fontes mais recuadas. No entanto, importa ressaltar que o mesmo não se verifica nas fontes de produção nacional, nomeadamente na crónica, em que os animais exóticos são praticamente ignorados no século XV, adquirindo uma importância crescente no século XVI.

Fontes utilizadas

As fontes utilizadas para esta análise consistem em relatos escritos por estrangeiros de passagem por Portugal entre os meados do século XV e o início do século XVI, abrangendo os reinados de D. Afonso V (r. 1438-1481), D. João II (r. 1481-1495) e D. Manuel I (r. 1495-1521). Em primeiro lugar, é de referir o diário da viagem dos embaixadores enviados a Lisboa em Março de 1451 pelo sacro-imperador Frederico III para celebrarem o seu casamento com a infanta D. Leonor, irmã de D. Afonso V, e a acompanharem a Itália, onde o Imperador a esperava para celebrarem o casamento diante do Papa. O relato é da autoria de Nicolau Lanckman de Valckenstein, capelão imperial de Frederico III, e foi divulgado numa edição de 1503, em latim, preparada por Nicolau, bispo titular de Hipona e confessor da casa imperial. Este relato é notável, uma vez que inclui uma descrição pormenorizada das festas que se fizeram por ocasião do casamento da infanta com o Imperador, e, talvez por ser uma visão de fora, é ainda mais ilustrativo do que a crónica da época no que diz respeito às primeiras consequências materiais do processo expansionista na Lisboa de meados do século XV².

É igualmente incontornável a compilação organizada e anotada por J. Garcia Mercadal³ de inúmeros textos de estrangeiros sobre Espanha e Portugal até ao final do século XVI, onde se podem encontrar alguns testemunhos valiosos sobre a presença de elementos extra-europeus em Portugal, e em particular na corte. Para o nosso propósito, é de particular interesse o relato de Jorge de Ehingen, cavaleiro da Suábia, que esteve em Espanha em 1457 por ter recebido a notícia de que Henrique IV de Castela preparava uma expedição contra Granada.

² Aires A. NASCIMENTO (ed.), *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de Viagem do Embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, Lisboa, Edições Cosmos, 1992.

³ J. GARCIA MERCADAL (ed.), *Viajes de Extranjeros por España y Portugal. Desde los tiempos más remotos, hasta fines del siglo XVI*, Madrid, Aguilar, 1952.

Posteriormente, passou por Portugal por ter sabido que D. Afonso V fazia guerra contra os muçulmanos em África, tendo integrado as tropas do rei português em Ceuta. O relato da sua viagem pela Península Ibérica inclui uma descrição da sua passagem pela corte de D. Afonso V, bem como retratos dos reis que havia visitado. É igualmente de referir o relato da viagem do nobre boémio Leon de Rosmithal de Blatna, que esteve em Espanha e Portugal entre 1466 e 1467 para conhecer os seus costumes e práticas militares, e também para fazer peregrinação a Santiago de Compostela. Por fim, interessa ainda a relação de Espanha, escrita por Francesco Guicciardini, embaixador de Florença na corte de Fernando, o Católico, entre 1512 e 1513.

Outra fonte incontornável é o *Itinerarium* de Jerónimo Münzer, natural de Feldkirch e doutor em Medicina pela Universidade de Pavia, que viajou por Espanha e Portugal entre 1494 e 1495, tendo visitado Lisboa e Évora, onde conheceu a corte de D. João II. Embora Garcia Mercadal tenha incluído este relato na sua compilação, optámos por utilizar a edição preparada por Ramón Alba na década de 90⁴.

Finalmente, para o reinado de D. Manuel, temos uma descrição da cidade de Lisboa recentemente editada, da autoria do nobre flamengo Jan Taccoen de Zillebeke, que na sua viagem de peregrinação para Jerusalém, permaneceu em Lisboa durante nove dias, de 11 a 20 de Abril de 1514, tendo registado por escrito diversos aspectos sobre o quotidiano da cidade que o terão impressionado.

Lisboa nas descrições de Portugal por estrangeiros

O principal elemento que todas estas descrições têm em comum é a importância conferida à Expansão, seja pela referência explícita aos territórios sob domínio do rei de Portugal, seja pela menção às coisas extra-europeias que estes viajantes observaram no reino. Na descrição que escreveu sobre a sua viagem, Leon de Rosmithal de Blatna afirmou sobre Portugal que era “*más que por otras cosas, memorable por las ciudades que el rey tiene en Africa*”⁵. Décadas mais tarde, Francesco Guicciardini escrevia que Portugal era o terceiro reino principal da Espanha, mais conhecido “*por el gran comercio de mercaderes que hay en Lisboa, y por esa región de Calcuta y otros lugares nuevamente descubiertos por los portugueses que por otras razones*”⁶.

⁴ Jerónimo MÜNZER, *Viaje por España y Portugal. 1494-1495*, Ramón Alba (introd.), Madrid, Ediciones Polifemo, 1991.

⁵ MERCADAL (1952), 283.

⁶ *Idem, ibidem*, 612.

Tal como afirmou Renata Araújo, a Lisboa do Renascimento era absolutamente indissociável do processo da expansão⁷, e este era já na época considerado o elemento mais marcante e distintivo de Portugal, sendo estes apenas dois dos testemunhos coetâneos que sugerem esta ideia. Na verdade, esta visão encontra-se em consonância com a de autores portugueses, como Damião de Góis, que começou a sua *Descrição da Cidade de Lisboa* pela descoberta do caminho marítimo para a Índia, o que é, obviamente, uma opção bastante expressiva sob o ponto de vista retórico⁸. No entanto, em meados do século XV, décadas antes da viagem de Vasco da Gama e consequente inauguração da Carreira da Índia, Nicolau Lanckman de Valckenstein já afirmava que Lisboa era uma cidade notável, muito maior do que Viena, e com “um bom e grande porto de mar.”⁹ E Münzer afirmava que D. João II tinha grande engenho para adquirir riquezas com o comércio e de outras maneiras, recebendo produtos como ouro, pimenta, grão-do-paráiso (uma espécie de pimenta) e inúmeras presas de elefante¹⁰. Quanto a Lisboa, este autor defendia ser maior do que Nuremberga, e muito mais populosa¹¹. Em 1514, Jan Taccoen comparava a cidade com Bruges, afirmando que lhe era equiparável no tamanho, embora não na beleza, e apontava a Rua Nova dos Mercadores, onde havia “toda a espécie de ofícios e mercadorias” como a única rua bem pavimentada da cidade¹². Adiante, ao mencionar o Paço da Ribeira, mandado construir por D. Manuel, escrevia que o porto de Lisboa era considerado o mais belo porto da Cristandade¹³.

De facto, as navegações oceânicas tiveram consequências materiais indeléveis em Lisboa, e a característica estrutural das descrições produzidas nos séculos XV e XVI é a constante alusão à vocação marítima da cidade, bem como à presença e ao comércio de pessoas escravizadas e de produtos africanos e asiáticos, como o açúcar, as especiarias e as pedras preciosas, sublinhados tanto por autores estrangeiros como por autores portugueses. E é de referir que depois de décadas a assumir a posição clara de principal cidade do Reino, quando Lisboa perde a capitalidade nos finais do século XVI, com a integração de Portugal na Monarquia Espanhola, são precisamente estas características materiais que intelectuais portugueses como Luís Mendes de Vasconcelos vão utilizar para procurar atrair a corte novamente. Numa verdadeira construção ideológica da cidade, Lisboa

⁷ Renata ARAÚJO, *Lisboa: A cidade e o espectáculo na Época dos Descobrimentos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 10.

⁸ Damião de GÓIS, *Descrição da cidade de Lisboa*, Raul Machado (ed.), Lisboa, Frenesi, 2009, p. 16.

⁹ NASCIMENTO (1992), 29.

¹⁰ MERCADAL (1952), 167.

¹¹ *Idem, ibidem*, 171.

¹² Jorge FONSECA (coord.), *Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2014, p. 124.

¹³ FONSECA (2014), 128.

é apresentada por Vasconcelos como os olhos da Europa, por onde, nas suas palavras, “entrou a notícia e conhecimento de muitos portos, ilhas, promontórios, reinos, províncias e nações, de que se não sabia,”¹⁴ e através da qual a Europa tinha acesso aos produtos de fora, “que servem à pompa, ornamento e deleite, e à riqueza, e ganho do comércio.”¹⁵

Animais extra-europeus

Os animais africanos e asiáticos foram um dos primeiros elementos exóticos incorporados nos mecanismos de propaganda política da Coroa. É, contudo, importante ressaltar que já na Idade Média existia uma predisposição cultural pelo extra-europeu e o exótico, o que terá sido um dos factores que estimularam os Descobrimentos e que ditaram o seu sucesso comercial no Renascimento¹⁶. Deste modo, longe de ser uma consequência do processo expansionista europeu do início da Idade Moderna, o interesse europeu por produtos e animais africanos e asiáticos já era uma realidade em séculos anteriores. A oferta de animais extra-europeus era recorrente nas relações diplomáticas desde a Antiguidade, sendo de referir o elefante oferecido pelo califa abássida Harun al-Rashid a Carlos Magno no início do século IX, ou o elefante de Henrique III de Inglaterra, que lhe havia sido enviado por Luís IX de França¹⁷.

No entanto, no Renascimento, a possibilidade de acesso directo a produtos e animais extra-europeus resultou num aumento exponencial da quantidade e diversidade da fauna exótica que chegava à Europa. Estes animais tornaram-se num dos principais símbolos de poder na corte portuguesa, que a diferenciavam de forma cabal das restantes cortes europeias¹⁸. Embora esta característica cultural seja tendencialmente mais estudada pela historiografia que trata o século XVI, como veremos de seguida, existem referências à presença de animais exóticos em Lisboa desde meados da centúria anterior. Na verdade, estes animais são amplamente referidos nas fontes consultadas, tendo mesmo alguns dos autores

¹⁴ Luís Mendes de VASCONCELOS, *Do Sítio de Lisboa. Diálogos*, José da Felicidade Alves (org.), Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 34.

¹⁵ VASCONCELOS (1990), 114.

¹⁶ Erik RIGMAR, “Audience for a Giraffe: European Expansionism and the Quest for the Exotic”, *Journal of World History*, Vol. 17, Nº 4 (December, 2006), pp. 376-377.

¹⁷ Charles D. CUTTLER, “Exotics in Post-Medieval European Art: Giraffes and Centaurs”, *Artibus et Historiae*, Vol. 2, Nº 23 (1991), p. 163.

¹⁸ Almudena PÉREZ DE TUDELA and Annemarie Jordan GSCHWEND, “Renaissance Menageries. Exotic Animals and Pets at the Habsburg Courts in Iberia and Central Europe”, in Karl Enekel and Paul J. Smith, (eds.), *Early Modern Zoology: The Construction of Animals in Science, Literature and the Visual Arts*, Leiden, Brill, 2007, p. 421.

escrito passagens bastante detalhadas, nomeadamente sobre os elefantes que podiam ser observados em Lisboa. Pode, então, inferir-se o papel de relevo que os animais exóticos desempenhavam no quotidiano da cidade, representando simultaneamente um símbolo das aspirações imperiais multi-continentais da Monarquia portuguesa, e uma manifestação de distinção, devido ao acesso privilegiado do rei português a estes animais.

Foi logo a partir do reinado de D. João I, com a conquista de Ceuta em 1415, que os Portugueses começaram a tomar conhecimento da realidade natural do litoral africano. Com a chegada das armadas de Vasco da Gama e de Pedro Álvares Cabral, respectivamente à Índia em 1498, e ao Brasil dois anos depois, exemplares da fauna extra-europeia foram-se tornando cada vez mais numa fonte de curiosidade e interesse. Estes animais eram observados nos seus meios naturais, e posteriormente capturados ou recolhidos, e transportados para a Europa, onde eram exibidos ou usados como prendas diplomáticas ao Papado ou a membros das famílias reais¹⁹.

No diário do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein, e na sua descrição dos esponsais de D. Leonor com o Sacro-Imperador Frederico III, podem ler-se algumas das mais interessantes – e certamente das mais recuadas – descrições sobre a presença de animais exóticos em Lisboa. Relembre-se que esta fonte foi editada pela primeira vez em 1503, mas terá sido produzida por volta de 1451. Segundo o autor, haveria em Lisboa, perto da praça da cidade, “um horto com diversos animais selvagens”²⁰ junto a uma fonte artificial, o que parece sugerir que em meados do século XV, D. Afonso V já teria uma espécie de *menagerie* em Lisboa. Embora não saibamos ao certo se este horto incluía ou não alguns animais extra-europeus, devido a outras passagens que abordaremos de seguida, pode pelo menos colocar-se essa hipótese.

Prosseguindo a narração das festas, que terão durado vários dias depois da cerimónia solene do casamento, e que o autor adjectiva constantemente como esplêndidas e faustosas, pode ler-se a descrição de um cortejo. A encabeçá-lo, segundo o autor, terá surgido “um engenho em forma de serpente, de colo levantado,” em que vinha montado um cavaleiro. Depois, o rei e o Infante D. Fernando, duque de Viseu, cada um acompanhado por uma escolta de doze homens, terão encenado um duelo. De seguida, o autor descreve a exibição de um elefante, “de grande corpulência,” transportando uma torre de madeira com pequenas guaritas, na qual vinham de pé quatro tocadores de trompeta e quatro meninos africanos

¹⁹ Isabel Drumond BRAGA, “Descobrir e Juntar Animais: “Novas Novidades”, Pátio dos Bichos e Jardim Zoológico de Lisboa”, in Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga (coord.), *Animais e Companhia na História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2015, p. 318.

²⁰ NASCIMENTO (1992), 39.

com lanças, atirando laranjas à assistência. De acordo com o relato, o elefante era puxado por mais de oitenta homens, seguidos por oito cavaleiros armados, montados em cavalos fantasiados de forma a parecerem outros animais, reais – um veado real, um boi, um leão, um urso selvagem – ou imaginários – um unicórnio, um capricórnio²¹.

Esta descrição traz-nos facilmente à memória representações iconográficas de elefantes de guerra, que são extremamente comuns nos bestiários medievais, e que continuaram a ser reproduzidas durante vários séculos, sendo um dos mais conhecidos exemplos do século XVI a ilustração incluída no *Codex Casanatense 1889*. Esta imagética, tipicamente associada ao elefante no pensamento medieval, advém provavelmente do uso militar deste animal por Aníbal Barca na Segunda Guerra Púnica (218-201 AC), que terá sido o principal evento histórico que preservou o elefante na memória colectiva europeia mesmo em plena Idade Moderna. Por outro lado, esta descrição também demonstra que animais extra-europeus eram apresentados a par com criaturas míticas, verificando-se uma associação entre o *exótico* e o *maravilhoso* que parece sugerir que não existiria na mentalidade tardo-medieval uma separação clara entre estes dois universos²².

No breve relato de Jorge de Egingen, não há referências à presença de animais na corte nem a qualquer tipo de objecto de ostentação, centrando-se o autor na hospitalidade do rei português e nos exercícios cavaleirescos que organizava. Outro elemento interessante desta fonte são os retratos dos reis cujas cortes o autor visitou, que acompanham o texto. No retrato de D. Afonso V, o rei surge representado envergando uma roupa curta e negra, um chapéu retorcido como uma espécie de turbante e um colar de ouro; no canto inferior esquerdo do retrato, um leão segura o escudo de armas português. Nos restantes retratos, anjos e animais – reais ou imaginários – seguram os respectivos escudos de armas. A escolha do leão, contudo, também presente no retrato de Henrique IV de Castela, é curiosa, uma vez que sendo um símbolo comum na heráldica, este animal foi também utilizado em 1440 como prenda diplomática a Filipe, duque da Borgonha, tanto por D. Afonso V como pelo seu tio, D. Pedro, duque de Coimbra²³. Mais

²¹ *Idem, ibidem*, 41-43.

²² Ana Maria Alves, no seu estudo de referência sobre as entradas régias portuguesas, identifica este mesmo cruzamento nas descrições do casamento do infante D. João com D. Joana de Áustria em 1552 (Ana Maria ALVES, *As Entradas Régias Portuguesas. Uma visão de conjunto*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986, p. 29). Tal demonstra que esta associação, pelo menos no contexto específico das cerimónias públicas, terá continuado a verificar-se em cronologias significativamente mais tardias.

²³ Jacques PAVIOT (ed.), *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*, Lisbon – Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris – Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995, pp. 313-314.

tarde, em 1465-67, Leon de Rosmithal de Blatna escrevia que vira no palácio do rei de Portugal em Évora, gatos-de-algália, que emanavam uma fragrância suave²⁴.

Quase trinta anos depois, e já no reinado de D. João II, Jerónimo Münzer terá visto também em Évora, onde então se encontrava a corte, um camelo e parte da pele de uma serpente da Guiné, de trinta palmos de comprimento e da grossura de um homem, que se encontrava pintada de várias cores, e com estrelas e manchas douradas²⁵. Já em Lisboa, o mesmo autor afirma ter visto um crocodilo pendurado no coro do Mosteiro da Santíssima Trindade; em Santa Maria da Luz, o bico de um pelicano e outro crocodilo; e no castelo, os dois leões mais belos que já havia observado²⁶.

Por fim, é ainda de mencionar o relato de Jan Taccoen, que esteve em Lisboa 20 anos depois de Münzer, e que em apenas 9 dias, viu por diversas vezes 3 jovens elefantes nas ruas, descrevendo detalhadamente a sua aparência, o seu temperamento e comportamentos, e a forma como eram alimentados. Ficamos a saber que cada elefante tinha o seu palafrenero, salientando o autor que apesar do seu aspecto ameaçador, os animais eram inofensivos²⁷. Pelo detalhe da descrição, que ocupa sensivelmente uma página entre as 8 que constituem o relato sobre Lisboa, parece-nos evidente que embora já fossem exibidos elefantes na cidade pelo menos desde 1451, para a grande maioria dos europeus, mesmo para os membros das elites, como era o caso do senhor de Zillebeke, este animal continuava a ser claramente estranho. Aliás, quase no final do relato, o autor afirma que se viam em Lisboa “muitos animais e gente estranha,” tendo o elefante sido apenas, provavelmente, um dos elementos que mais o marcou, merecendo por isso mais destaque no texto.

Deste modo, analisando as fontes produzidas por viajantes de passagem por Portugal a partir de meados do século XV e até ao início do século XVI, torna-se claro que várias décadas antes da chegada à Índia por Vasco da Gama, os reis portugueses já possuíam *menageries*, e exibiam animais exóticos, tanto quotidianamente como em momentos festivos e politicamente relevantes, aqui rodeados por toda uma envolvência cénica cuidadosamente pensada e preparada. No entanto, é importante referir que embora o texto do embaixador Nicolau Lanckman aponte para a presença de elefantes (neste caso, provavelmente africanos) em Lisboa em pleno século XV, a utilização deste animal em cerimónias públicas da coroa portuguesa só tornou a ser documentada para o reinado de D. Manuel I, por

²⁴ MERCADAL (1952), 283.

²⁵ MÜNZER (1991), 66.

²⁶ *Idem, Ibidem*, 70-71.

²⁷ FONSECA (2014), 125-126.

Damião de Góis²⁸. Se, porém, não nos restringirmos a este tipo de celebrações, podemos encontrar outras referências datadas do século XV ao uso político de elefantes por parte da família real portuguesa, nomeadamente enquanto prenda diplomática. Neste sentido, pode enunciar-se a pata e dente de elefante que o Infante D. Henrique ofereceu à sua irmã, a duquesa D. Isabel da Borgonha,²⁹ ou o elefante oferecido, juntamente com outros animais africanos, por D. Afonso V a René de Anjou em 1477³⁰.

Conclusão: o significado político dos animais

A posse e exibição de animais exóticos tinham o objectivo de maravilhar, demonstrando o poder e prestígio dos seus detentores. Para a realeza portuguesa, serviam como testemunhos materiais das relações privilegiadas com estados africanos e potentados asiáticos. Por outro lado, constituíam simultaneamente um símbolo das aspirações imperiais da Coroa portuguesa e uma manifestação do seu acesso privilegiado a estes mercados extra-europeus³¹. Neste contexto, é de salientar a importância das cerimónias públicas enquanto instrumento de comunicação política na Idade Média e no Renascimento. A cultura material e os elementos de fausto – em que se incluem os animais – ostentados em rituais políticos era, portanto, uma das mais eficazes vias de manifestação de poder em ambientes cortesãos, uma vez que representavam uma marca exterior e tangível de majestade e distinção. Para além disso, eram essenciais para estabelecer uma imagem de soberania, que, no caso da monarquia portuguesa, se encontrava intrinsecamente ligada ao controlo de territórios noutros continentes³². Pode afirmar-se que estes animais, que eram *exóticos* no sentido em que vinham “de fora”, foram activa e conscientemente instrumentalizados pelos monarcas portugueses a partir do século XV para forjar a sua própria identidade e reputação.

A referência ao pelicano por Münzer é particularmente interessante, não só por esta ser uma ave abundante na Guiné, mas sobretudo pelo seu importante valor heráldico. Divisa escolhida por D. João II enquanto ainda era príncipe, o

²⁸ Damião de GÓIS, *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*, Lisboa, Francisco Correia, 1566-1567, livro IV, capítulo LXXXIV, fl. 105v; Damião de GÓIS, *Hispania*, in *Obras de Damião de Góis*, vol. III, (“(1541-1549), Da Hispania ao segundo cerco de Diu”), Manuel Cadafaz de Matos (ed.), Lisboa, Edições Távola Redonda – Centro de Estudos de História e da Edição, 2011, p. 151.

²⁹ José Manuel GARCIA (ed.), *As Viagens dos Descobrimentos*, Lisboa, Presença, 1983, pp. 129-130.

³⁰ Silvio BEDINI, *The Pope's Elephant*, Manchester, Carcanet, 1997, pp. 30 e 115.

³¹ Mario PEREIRA, *African Art at the Portuguese Court, c. 1450-1521*, Dissertação de doutoramento apresentada ao Department of History of Art and Architecture, Brown University, Providence, 2010, p. 14.

³² PEREIRA (2010), 15-16.

pelicano – animal que segundo a lenda, bica o próprio peito para alimentar a crias – remete para uma simbólica política cristã associada ao assistencialismo e à protecção, e constitui um elemento fundamental do discurso oficial veiculado pela cronística, que apresenta D. João II como príncipe perfeito³³.

Já no que diz respeito ao elefante, este animal representou, no século XVI, um papel cimeiro nos mecanismos de propaganda oficial e de fixação de uma memória da Coroa portuguesa. A embaixada de obediência enviada em Março de 1514 por D. Manuel I a Leão X, que incluiu numerosos presentes, entre os quais o mais importante foi o elefante indiano Hanno, constitui provavelmente o mais conhecido exemplo³⁴. Posteriormente, o destaque reservado pelo cronista Damião de Góis, na crónica oficial de D. Manuel, à ostentação deste animal, e mais tarde, a representação de elefantes na tumulária régia dos Jerónimos demonstram de forma evidente a apropriação do elefante pela Monarquia portuguesa como símbolo de poder por excelência. Após a vitória de Cipião Africano sobre Aníbal na Segunda Guerra Púnica, o elefante tornou-se num emblema das glórias de Roma, surgindo frequentemente nas cerimónias fúnebres de imperadores. Na *História Natural* de Plínio, é considerado o animal mais semelhante ao homem, e nos bestiários medievais, são-lhe atribuídas características como a inteligência e a castidade, bem como virtudes tipicamente associadas à soberania, como a temperança, a misericórdia, a generosidade e a justiça, concepção que terá sido certamente relevante para a incorporação deste animal nos discursos propagandísticos da Dinastia de Avis³⁵.

Contudo, é importante assinalar que esta dimensão simbólica dos animais extra-europeus e a sua instrumentalização por parte da Coroa não deve ser confundida com manifestações de coleccionismo próprias de outros contextos europeus e de cronologias mais tardias. Tal como defende Isabel Drumond Braga a propósito da posse e exibição de animais exóticos, “este tipo de comportamentos não se enquadra na criação dos gabinetes de curiosidades, nem na organização de exposições com propósitos específicos”³⁶, não se podendo por isso associá-los a intenções de formar qualquer coisa que se parecesse com uma colecção. Este

³³ Sobre esta temática, vide Priscila SILVA, *Entre Príncipe perfeito e rei pelicano – os caminhos da memória e da propaganda política através do estudo da imagem de D. João II (século XV)*, dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2007.

³⁴ Sobre a embaixada, vide Paulo LOPES, *Um Agente Português na Roma do Renascimento*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2013.

³⁵ Ana Isabel BUESCU, *Catarina de Áustria. Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007, p. 385; Teresa Leonor M. VALE, “Exotismo e Poder Político. As Representações de Elefantes na Tumulária Régia de Santa Maria de Belém”, in *Os Construtores do Oriente Português*, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, p. 103.

³⁶ Isabel Drumond BRAGA, “Colecionando Bichos: Os Gabinetes de Curiosidades”, in BRAGA (2015), p. 300.

exótico, em que também se podem incluir exemplares de flora extra-europeia, ou produtos e objectos de origem natural, foi alvo de interesse devido à admiração que causavam, pela sua raridade e proveniência longínqua, bem como pela caracterização simbólica do mundo natural plasmada nas etimologias e bestiários medievais.

Os exemplos apresentados nesta comunicação são apenas uma pequena amostra do que se pode encontrar nas fontes do Renascimento. E comparando com as fontes mais tardias, já dos finais do século XVI, que aqui não analisámos, se se verifica um cada vez maior destaque conferido aos têxteis e jóias, que aparentemente se tornam cada vez mais luxuosos, a exibição de animais exóticos e o seu peso como fonte de maravilhamento parece ter a tendência para diminuir, inscrevendo-se este interesse numa tradição medieval, que perde protagonismo para outras formas de ostentação.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

FONSECA, Jorge (coord.), *Lisboa em 1514. O relato de Jan Taccoen van Zillebeke*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, 2014.

GARCIA MERCADAL, J. (ed.), *Viajes de Extranjeros por España y Portugal. Desde los tiempos más remotos, hasta fines del siglo XVI*, Madrid, Aguilar, 1952.

GARCIA, José Manuel (ed.), *As Viagens dos Descobrimientos*, Lisboa, Presença, 1983.

GÓIS, Damião de, *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*, livro IV, Lisboa, Francisco Correia, 1566-1567.

GÓIS, Damião de, *Descrição da cidade de Lisboa*, Raul Machado (ed.), Lisboa, Frenesi, 2009.

GÓIS, Damião de, *Hispania*, in *Obras de Damião de Góis*, vol. III, (“(1541-1549), Da Hispania ao segundo cerco de Diu”), Manuel Cadafaz de Matos (ed.), Lisboa, Edições Távola Redonda – Centro de Estudos de História e da Edição, 2011.

MÚNZER, Jerónimo, *Viaje por España y Portugal. 1494-1495*, Ramón Alba (introd.), Madrid, Ediciones Polifemo, 1991.

NASCIMENTO, Aires A. (ed.), *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de Viagem do Embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, Lisboa, Edições Cosmos, 1992.

PAVIOT, Jacques (ed.), *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*, Lisbon – Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris – Comissão Nacional para as Comemorações das Descobertas Portuguesas, 1995.

VASCONCELOS, Luís Mendes de, *Do Sítio de Lisboa. Diálogos*, José da Felicidade Alves (org.), Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

Estudos

ALVES, Ana Maria, *As Entradas Régias Portuguesas. Uma visão de conjunto*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

ARAÚJO, Renata, *Lisboa: A cidade e o espectáculo na Época dos Descobrimentos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

BEDINI, Silvio, *The Pope's Elephant*, Manchester, Carcanet, 1997.

BRAGA, Isabel Drummond, e BRAGA, Paulo Drummond (coord.), *Animais e Companhia na História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2015.

BUESCU, Ana Isabel, *Catarina de Áustria. Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2007.

CUTTLER, Charles D., “Exotics in Post-Medieval European Art: Giraffes and Centaurs”, *Artibus et Historiae*, Vol. 2, Nº 23 (1991), pp. 161-179.

LOPES, Paulo, *Um Agente Português na Roma do Renascimento*, Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2013.

PEREIRA, Mario, *African Art at the Portuguese Court, c. 1450-1521*, Dissertação de doutoramento apresentada ao Department of History of Art and Architecture, Brown University, Providence, 2010.

PÉREZ DE TUDELA, Almudena, e GSCHWEND, Annemarie Jordan, “Renaissance Menageries. Exotic Animals and Pets at the Habsburg Courts in Iberia and Central Europe”, in Karl Enekel and Paul J. Smith, (eds.), *Early Modern Zoology: The Construction of Animals in Science, Literature and the Visual Arts*, Leiden, Brill, 2007, pp. 419-447.

RIGMAR, Erik, “Audience for a Giraffe: European Expansionism and the Quest for the Exotic”, *Journal of World History*, Vol. 17, N° 4 (December, 2006), pp. 375-397.

SILVA, Priscila, *Entre Príncipe perfeito e rei pelicano – os caminhos da memória e da propaganda política através do estudo da imagem de D. João II (século XV)*, dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2007.

VALE, Teresa Leonor M., “Exotismo e Poder Político. As Representações de Elefantes na Tumulária Régia de Santa Maria de Belém”, in *Os Construtores do Oriente Português*, Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998, pp. 97-109.